

PAUTA DA 164ª REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA DE JULGAMENTO DA AGR SESSÃO ORDINÁRIA

Data: 06/01/2016

Horário: 9h00 (nove) horas

Local: Auditório da AGR – Av. Goiás nº 305 – Ed. Visconde de Mauá-Centro – 13º andar Goiânia-GO.

1. ABERTURA:

3. Apresentação e discussão de processos, a serem relatados pelo relator Gilvan do Espírito Santo Batista:

3.1. Processo nº 201600029006167 - Interessado: Rodrigo Andrade Tavares EIRELI - ME - Assunto: AI – 32.189/2016 – Art. 56, inciso III, da Resolução nº 005/2008 - CG (Utilizar licença da AGR para realizar viagem de caráter de linha regular).

3.2. Processo nº 201600029006157 - Interessado: R. Santos Transporte e Locação de Veículos Ltda. - Assunto: AI – 32.307/2016 – Art. 56, inciso I, da Resolução nº 005/2008 - CG (Realizar viagem sem a licença expedida pela AGR).

4. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pela relatora Andreia Bonanato Estrela:

4.1. Processo nº 201500029003008 - Interessado: ISG – Instituto Sócrates Guanaes/HDT – Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuas Auad - Auto de Infração nº 0099/2015 - Art. 8º, inciso III e Art. 14, inciso XIV, da Resolução Normativa Nº 007/2013 - CG: “Deixar de cumprir e não fazer cumprir as determinações do ente regulador, as normas legais, as normas regulamentares do serviço e as disposições contratuais.”

5. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Geraldo Alves de Castro Júnior:

5.1. Processo nº 201600029005860 – Interessado: Kenedy Ribeiro Lima - AI nº 31821/2016 – Art. 6º, inciso II, da Lei nº 18.673/2014 — “prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem a devida e regular concessão, permissão ou autorização, na forma legal”.

6. Apresentação e discussão de processo, a ser relatado pelo relator Breno Pereira da Silva:

6.1. Processo nº 201500029001894 - Interessado: Instituto de Gestão e Humanização - IGH/M. N. Sra. de Lourdes. - Auto de infração nº 0066/2015 - Art. 14, Inc. XIV da Res. Normativa nº 007/2013-CR (Deixar de cumprir e não fazer cumprir as determinações do ente regulador, as normas legais, as normas regulamentares do serviço e as disposições contratuais).

7. Outros assuntos de interesse da Câmara de Julgamento.